



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE UBERABA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
HENRIQUE ALVES VILELA**

JUSTIÇA DO TRABALHO



MINAS GERAIS

**Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 23-11-1989
Data de implantação do PJe: 29-8-2013**

Jurisdição: Uberaba, Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Sacramento e Veríssimo.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 14-2-2017, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h15min do dia sete de março de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. César Pereira da Silva Machado Júnior, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Uberaba, situada na Avenida Maria Carmelita Castro Cunha, nº 60 – 3º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. Henrique Alves Vilela; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Marcelo Wanderley Max; pelos servidores Adriana Ricardo da Silveira, Ana Teresa Ulhôa Magnabosco Rocha, Carlos Alberto Martins, Drielle Perez Caramori Ambrosio, Fernanda Henrique Alves Stacciarini, Joaquim José de Vasconcelos Neto, José Honório da Silva Netto, José Milton Garrido de Paula Júnior, Júlio César Ferreira, Marcelo de Paula Menezes, Márcia Salge Silva e Patrícia Rodrigues da Cunha Castejon e pela estagiária Amanda Borges Alves. Ausente o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. Osmar Rodrigues Brandão.

Iniciada a correição no horário acima registrado, Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 296 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 6-3-2017, apurando-se a média de 10,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 26 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 3 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 22 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 2 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 354 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 37 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 69 autos de processos com carga, sendo 6 processos com mais de 30 dias para prolação de sentença, com carga para o Dr. Osmar Rodrigues Brandão, a saber: 0011706/16, 0010784/14, 0011343/14, 0011987/16, 0011355/14 e 0011272/15.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 40 autos de processos físicos com carga, das quais 33 vencidas e cobradas, devendo a Secretaria da Vara reiterar as cobranças já efetuadas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constam 10 autos de processos físicos com carga, das quais 5 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 693 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara providenciar a baixa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

nas perícias já realizadas.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 27 mandados expedidos em processos físicos e 234 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 9 pendentes de cumprimento em processos físicos e 99 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 29 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se não haver processo *sine die*.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 6-3-2017, existem 25 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 6-3-2017)
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	499
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	3
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	880
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	0
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	177
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	68
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	199

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.582 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 1.141 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 416 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 25 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102



Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 6-3-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Uberaba, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.376, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 6-3-2017, existem 27 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 6-3-2017 havia 30 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 12 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 11 processos;
- c) **instrução:** 6 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011640/16, 0011642/16, 0011643/16, 0010098/17, 0010099/17, 0010100/17, 0010102/17, 0010103/17, 0010161/17 e 0010111/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010098/17, 010099/17, 0010100/17, 0010102/17, 010103/17, 0010161/17 e 0010111/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 1 processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos Exame dos autos dos processos do Pje 0010168/17, 0010125/17, 0012186/16, 0012168/16, 0012130/16, 0010081/17, 0010044/17, 0010070/17, 0010088/17, 0010042/17, 0010831/16, 0012013/16, 0012037/16, 0012019/16, 0010770/16, 0011673/16/16, 0011600/16, 0010766/16, 0012135/16, 0011130/16, 0011167/16/16, 0011568/16, 0011163/15, 0011528/16, 0012235/16, 0011624/16, 0011612/16, 0012181/16, 0012125/16, 0011590/15, 0011955/16, 0012126/16, 0011928/16, 001957/16, 0012007/16, 0011154/15, 0011476/16, 0012016/16, 0011535/16, 0011419/16, 0010635/16, 0011261/15, 0010328/16, 0010701/16, 0010245/16, 0011914/15, 0011070/16, 0010244/16, 0011578/15.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0010409/16, 0012198/16, 0010105/17, 0012003/16, 0011605/16, 0010662/16, 0012146/16, 0012055/16, 0011620/16, 0010021/17, 0012141/16, 0010134/17, 0010160/17 e 0010155/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos: 01669/13, 01330/11, 00203/12, 00124/13, 00280/10 e 00263/12.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0012013/16, 012037/16, 0012019/16, 0012135/16, 011130/16, 0011167/16, 0011568/16, 0011612/16, 0011955/16, 0011928/16, 0012007/16, 0012146/16, 0012055/16 e 0012141/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0012186/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 8045b06 (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0012168/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 54e3cbd (mais de 20 dias);
- 0011130/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id ac611b9 (mais de 30 dias);
- 0011167/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id dac66f9 (mais de 30 dias);
- 0011568/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 9bfc377 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0011624/16: excesso de prazo para prolação de sentença – Id ffeb023 (Dr. Osmar Rodrigues Brandão);
- 0011612/16: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 9e19393 (Dr. Osmar Rodrigues Brandão);
- 0011955/16: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 5fd180d (Dr. Osmar Rodrigues Brandão);
- 0011957/16: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 2d07688 (Dr. Osmar Rodrigues Brandão);
- 0011154/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 591a5b6 (mais de 30 dias);
- 0011535/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 9bf8f50 (mais de 30 dias) e despacho – Id 4b752ff (mais de 10 dias);
- 0011419/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 8ac6471 (mais de 40 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0011261/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Ids b5af711 e 600bfdd (mais de 10 dias);
- 0010328/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7f6ff80 (mais de 10 dias);
- 0010701/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 064a05 (mais de 20 dias), cumprimento – Id 5622ed9 (mais de 10 dias) e despacho – Id b96884d (mais de 20 dias);
- 0010245/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 42447e7 (mais de 30 dias);
- 0011914/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id e9aebb6 (mais de 30 dias);
- 0011070/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 1dfde9a (mais de 10 dias);
- 0010244/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 988748e (mais de 10 dias) e impulso oficial – Id 4edce15 (mais de 20 dias);
- 0011578/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id dab5aa (sem movimentação há mais de 120 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 20 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

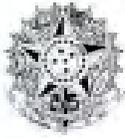
2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	50	39	54
Procedimento Ordinário	28	197	181
Instrução processo físico	305	-	-
Instrução processo eletrônico		1114	237

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

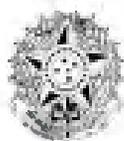
	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumaríssimo	55	28	3-4-17- 27 dias
Procedimento Ordinário	55	135	7-7-17 – 122dias
Instrução	334	450	25-9-2017 – 567 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 6-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	125	54
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	128	181
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	181	101
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	139	414
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	175	95
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	136	482



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 6-3-2017)
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	35	168
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	4	525
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	34	194

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 6-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	8	1.019
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	24	0
Do início ao encerramento da execução - ente público (item 277)	4	2.750
Do início ao encerramento da execução - ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.308	5,9
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	157	0,71
Decisões na fase de execução	157	0,71
Total	1.622	7,3



4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em fevereiro de 2017, com 18 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	102	5,6
Procedimento ordinário	98	5,4
Instrução	55	3,05
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	12	0,6
Total	267	14,8

No mês de fevereiro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 111 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 10 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 73 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h25min e/ou 10 horas. Quando há pauta dupla, as audiências são realizadas segunda-feira a sexta-feira. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declaram os magistrados que comparecem nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 1.400 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.



5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.920	2.146
Média por dia útil	8,5	9,7
Processos remanescentes do ano anterior	1.068	1.251
Sentenças anuladas	8	15
Total de processos para solução	2.966	3.412
Processos solucionados	1.800	1.995
Processos conciliados	629	687
Produção	60,08%	58,47%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 11,77% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve uma diminuição de 1,61%.

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,7524
Jan/16 a Dez/16	0,6609

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,5823	0,3446	0,7443	0,6651

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARABILIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.467 dias	1.452 dias	1.545 dias	0,4012
	PENDENTE	4.549	4.876	3.611	0,5910
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	1.369,55 dias	879,05 dias	776,32 dias	0,3446
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	34,94%	34,44%	37,65%	0,6651
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	93,75%	92,96%	97,34%	0,7593
REPRESENTAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIME	53,46%	46,51%	38,22%	0,7270
	TC LIQUIDAÇÃO	60,62%	45,81%	40,65%	0,6033
	TC EXECUÇÃO	62,14%	79,29%	76,53%	0,7198
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	14,51%	21,28%	21,75%	0,2893

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.222.060,04	R\$273.630,85

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº 2/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a nº 1/2009, que trata das intimações dos advogados por meio de publicações no DEJT.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

processos, sendo que em 15 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, despachos e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

3) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2º, da CLT;

4) regularizados em até 10 dias, pelo Dr. Osmar Rodrigues Brandão, os processos com mais de 30 dias para prolação de sentença, conforme item 1.5, oficiando a Vice-Corregedoria Regional;

5) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf

6) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

7) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;



8) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de rito sumaríssimo, inaugurais de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias previsto no artigo 228, do CPC;
- 3) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851 §2º, da CLT;
- 4) realizada efetiva e sensível redução do prazo de designação de audiências nos processos de rito sumariíssimo, inaugurais de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução, (Recomendação da Corregedoria Regional nº 1, de 2/6/2014) com a inclusão deste em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

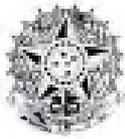
11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 92,96%, não tendo cumprido a Meta.

2ª Vara do Trabalho de Uberaba - de 1º-1-17 até 6-3-17			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	296	323	109,12%



Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) – Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão até 6-3-2017, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que há 380 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, sendo necessário o julgamento de 249 processos para que seja atingida a Meta.

Recomenda o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que sejam envidados esforços visando o julgamento dos processos, buscando o atendimento à Meta Prioritária por esta unidade organizacional.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 11h30min do dia seis de março de 2017, em sessão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos M. Campos


César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor da TRT 3ª Região

Henrique Alves Vilela
Juiz do Trabalho Titular da Vara


Marcelo Wanderley Max
Secretário da Vara do Trabalho

